



**CIA TRAILERS**

**CNPJ 31.448.016/0001-95**

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME**

**TEL: 14 99815-8364**

**ÀO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.**

**Pregão Eletrônico nº 010/2020 – ASCAL/PRES**

**Processo nº 112.00029758/2019-16**

A empresa **RENATO FRANCO DE GODOY ALVES ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 31.448.016/0001-95, inscrição estadual nº 224.252.623.119, estabelecida na Rua Braz de Assis, nº 279, Vila dos Lavradores, Botucatu/SP, neste ato representada pelo seu representante legal e proprietário **RENATO FRANCO DE GODOY ALVES**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 17.394.638 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 301.560.658-19, licitante no Pregão em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis, apresentar suas **RAZÕES RECURSAIS** contra a sua desclassificação no procedimento licitatório em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

#### **DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO**

Primeiramente cumpre-nos destacar que o presente recurso encontra-se disciplinado no artigo 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02, artigo 59, §1º da Lei nº 13.303/16 e artigo 44, § 2º do Decreto nº 10.024/19, aplicáveis ao presente procedimento licitatório.

Ainda, nossa Carta Magna, em seu artigo 5º, LV, assegura, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, como os meios e recursos a ela inerentes.

No que tange a tempestividade, o presente recurso encontra-se em consonância com o disciplinado nos dispositivos legais acima mencionados e no edital regedor do certame licitatório, uma vez que o Sr. Pregoeiro concedeu o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais (cláusula 8.1), iniciando-se referido prazo em 27/05/2020 e, encerrando-se em 29/05/2020.

#### **DOS FATOS E DO DIREITO**

O presente procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico tem por objeto o registro de preços por lote para eventual aquisição de equipamento reboques automotivos c/ prancha e rampa de elevação para transporte de máquinas rolo compactador Tandem de dois cilindros com peso operacional mínimo de



**CIA TRAILERS**

**CNPJ 31.448.016/0001-95**

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME**

**TEL: 14 99815-8364**

até 2.000 kg, visando atender as demandas da Novacap, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - (Anexo I do Edital).

Participaram do presente certame licitatório 06 (seis) empresas, sendo que após a análise das propostas todas as empresas foram classificadas para a etapa de lances.

Assim, passou-se a fase de lances, sendo que após grande disputa de lances esta Recorrente apresentou a melhor oferta no valor de R\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais), sendo declarada Arrematante.

Diante disso, em atendimento ao determinado no edital, após a Recorrente ser declarada arrematante, passou-se a análise da proposta e dos documentos de habilitação que já se encontravam anexados ao sistema.

No entanto, para a surpresa da Recorrente, no dia seguinte à licitação, mais precisamente no dia 22/05/2020, esta foi surpreendida com a informação no sistema de que sua proposta havia sido desclassificada sob o argumento de *"não atender ao disposto no subitem 7.2.2, inciso X, letra b, do edital (não apresentou os Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)) e inciso XI (não comprovou Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, do lote cotado, constante do edital). Não encaminhou documento que identificasse o Representante Legal da empresa."*

Ocorre que tal decisão não pode prosperar, tendo em vista que a Recorrente apresentou toda a documentação exigida no edital em estrita observância ao que ele descreve, conforme passaremos a demonstrar:

Primeiramente, para uma melhor análise merece transcrevermos o que preceitua o item 7.2.2 em seus incisos X e XI do edital regedor do certame licitatório, itens esses utilizados para o embasamento da desclassificação:

**"7.2.2. As Licitantes que não são cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:**

**(...)**

**X - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.**

**a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente registrado;**

**b) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:**



# CIA TRAILERS

CNPJ 31.448.016/0001-95

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME

TEL: 14 99815-8364

**ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**LG = -----**

**PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

**ATIVO CIRCULANTE**

**LC = -----**

**PASSIVO CIRCULANTE**

**ATIVO TOTAL**

**SG = -----**

**PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

**XI. As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de cada lote cotado, constante deste Edital. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da documentação, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais.”**

Pela simples leitura do descrito no edital regedor do presente certame licitatório verifica-se que o mesmo exige nos documentos de habilitação à apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, documento este totalmente

apresentado pela Recorrente através da apresentação do Sped Contábil, com recibo de entrega, Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento.

Diante da apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis o edital regedor do certame na letra “b” do inciso X, do item 7.2.2 claramente descreve “A BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA SERÁ AVALIADA PELOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL (LG) E LIQUIDEZ CORRENTE (LC) E SOLVÊNCIA GERAL (SG), RESULTANTES DA APLICAÇÃO DAS SEGUINTE FÓRMULAS” (grifo nosso). Ou seja, em nenhum momento o edital exige que a empresa licitante apresente os índices, mas sim esclarece que os índices serão avaliados através dos resultados da aplicação das fórmulas.

Ora Sr. Pregoeiro, se forem devidamente aplicadas as fórmulas com base no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados pela Recorrente restará comprovado que todos os índices serão iguais a 1 (um) atendendo assim plenamente o exigido no edital.

Portanto, é totalmente descabida a desclassificação da Recorrente sob o argumento de que não atendeu ao item 7.2.2, inciso X, letra b, do edital, uma vez que em nenhum momento foi exigida a



**CIA TRAILERS**

**CNPJ 31.448.016/0001-95**

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 13609-096 – Botucatu / SP  
**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME**

**TEL: 14 99815-8364**

apresentação dos índices, mas sim que os mesmos seriam auferidos através das fórmulas mencionadas no edital tomando-se por base no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados.

Conforme já acima mencionado se as fórmulas forem aplicadas ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados, chegará ao resultado igual a 1 (um) atendendo ao edital.

Também não merece respaldo a desclassificação da Recorrente com base no inciso XI do artigo 7.2.2, sob a argumentação de que não comprovou Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

Verifica-se que o item 7.2.2, inciso XI, prescreve que somente será exigido a comprovação de capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação daquelas licitantes que apresentarem resultado **MENOR** que 1 (um), em qualquer um dos índices acima.

Não é o caso da Recorrente.

Mais uma vez ressaltando, o resultado da aplicação das fórmulas mencionadas no edital ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados pela Recorrente, chegará ao resultado igual a 1 (um), não sendo portanto, necessário a comprovação de capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez) do valor estimado para a contratação.

Ainda merece destacarmos que é irregular a exigência de índices contábeis de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral cumulada com capital social mínimo.

É certo que a Administração, suas autarquias, fundações ou sociedades de economia mista podem estabelecer exigências de comprovação da qualificação econômico-financeira nos editais de licitação, compreendendo os índices contábeis (liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral), que são usualmente cobrados iguais ou acima de 01 (um), ou a exigência de capital social ou patrimônio líquido até o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, com o objetivo de verificar se o vencedor do certame terá condições de executar a avença pública e cumprir satisfatoriamente o objeto de sua prestação.

O que importa notar, todavia, é que cumulação das referidas exigências faz com que o administrador incorra na prática de vícios que acarretam restrição à competitividade da licitação. Isso porque, a exigência em conjunto dos índices contábeis e do capital social mínimo implica em restrição à participação de micro empresas e de empresas de pequeno porte.

Ou seja, uma microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) pode deter índices fiscais satisfatórios, mas não possuir capital social ou mesmo patrimônio líquido em valor significativo, ficando impossibilitada de participar do prélio público.



# CIA TRAILERS

CNPJ 31.448.016/0001-95

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME

TEL: 14 99815-8364

Portanto, o edital do certame licitatório deve exigir única e exclusivamente que os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral sejam iguais ou superiores a 01 (um), bastando que o licitante comprove que seus índices estão enquadrados nessas condições, para que esteja qualificado econômico-financeiramente. Nessa esteira, somente deveria ser exigida a comprovação do capital social mínimo ou do patrimônio líquido, caso o licitante não obtenha os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

Sobre a matéria, destaca-se a lição de Marçal Justen Filho, *in litteris*:

**“O TCU vem manifestando orientação no sentido de evitar a consagração de exigências amplas, no tocante à qualificação**

**econômico-financeira. Assim, há decisão no sentido de que apenas quando os índices do balanço patrimonial não forem iguais ou inferiores a 1, é que a licitante deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.** São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fl. 22) para a comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice de LG menor que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gerá-los. Já um índice de LC menor do que 1 exprime que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maiores do que 1, a empresa estará financeiramente saudável. Em outra oportunidade, consignou-se que: A simultaneidade na exigência de patrimônio líquido mínimo, ainda que sob condicionante (item 4.1 do edital) e de garantia da proposta (item 4.1.e), como dado objetivo da comprovação da qualificação está vedada, conforme entendimento desta Corte, manifestado por meio das Decisões nº 681/1998 e nº 581/2000, ambas do Plenário (Acórdão nº 1.664/2003, Plenário, rel. Min. Iram Saraiva). (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 475). (grifo nosso).

Transcreve-se, ainda, o entendimento do Colendo Tribunal de Contas da União expresso no Acórdão nº 247/2003, Plenário, Relator Ministro Marcos Vilela, *in litteris*:

“São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fls. 22) para a comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice de LG menor do que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar suas dívidas, devendo gerá-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa de pequeno ou grande porte poderia participar da concorrência, independentemente de capital ou de patrimônio líquido mínimo, desde que tivesse seus índices contábeis



# CIA TRAILERS

CNPJ 31.448.016/0001-95

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME

TEL: 14 99815-8364

*nos valores normalmente adotados para comprovar uma boa situação financeira. Da análise dos índices exigidos, verifica-se a exigência de se obter uma pontuação mínima de quatro pontos para fins de habilitação no certame. Entende-se, s.m.j, que empresas que apresentem estrutura de capital, índice*

*de liquidez corrente e índice de liquidez geral maiores ou iguais a 1 comprovam boa situação financeira. Nestes termos, verificase que se uma licitante apresentar índice de estrutura de capital entre 98,60 e 100,99, ILC entre 1,01 e 1,06 e ILG entre 1,01 e 1,06 conseguiria a pontuação de 4,14, nos termos do Anexo III — Planilha de Cálculo da situação financeira de empresas — consultoria. Depreende-se, assim, que já está sendo exigida boa situação financeira das empresas através dos índices, o que torna desnecessário e restritivo sua exigência com os demais requisitos para se aferir a qualificação econômico-financeira. (grifo nosso).*

Não encontra qualquer amparo também a desclassificação da Recorrente sob o argumento de que não encaminhou documento que identificasse o Representante Legal da empresa, visto que tal documento também não é exigido no edital regedor do certame e, portanto, a sua não apresentação não pode ser objeto de desclassificação/ Inabilitação da Recorrente.

É importante ainda trazer ainda, o art. 31 da Lei Federal nº 13.303/16, ao mencionar os preceitos elementares que deverão permear qualquer certame licitatório:

**“Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.” (grifo nosso).**

Diante de tal dispositivo legal, resta claro que tanto, a Administração Pública, quanto às empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem descumprir as normas e as condições estipuladas no edital regedor do certame, o que nos leva a concluir, que a ele estão totalmente vinculadas, estando vinculados também, os licitantes.

O edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e aos atos administrativos praticados no curso da



**CIA TRAILERS**

**CNPJ 31.448.016/0001-95**

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME**

**TEL: 14 99815-8364**

licitação se resolve pela invalidade desses últimos. Ao descumprir as normas constantes do edital frustra-se a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

O edital torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cuja cláusulas são elaboradas unilateralmente. Em sendo Lei, o edital e seus termos atrelam tanto a administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto as licitantes – sabedora do inteiro teor do certame. A administração, bem como as licitantes não podem descumprir as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

*“É certo que o edital é a Lei interna da concorrência e da tomada de preços”, conforme afirma Hely Lopes Meirelles, citado por Jose dos Santos Carvalho Filho. “O edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelecem. Para a administração, desse modo, o Edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes” (Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 14ª.edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p.226”.*

Nesse sentido também são as jurisprudências do STF e do STJ, vejamos:

*“A administração, bem como os Licitantes, estão vinculados aos termos do Edital ( artigo 37, XXI, da CF/88 e artigos 3º, 41 e 43, V, da Lei nº 8666/93, sendo –lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto.” (MS- AgR nº 24.555/DF, 1ª T., rel Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006)*

*“Consoante dispõe o artigo 41 da Lei 8666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas. Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las”(MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)*

Assim, diante de todo o acima exposto, resta claro que a desclassificação/ inabilitação desta Recorrente não pode ser mantida, tendo em vista que a mesma apresentou o melhor preço e também apresentou todos os documentos em estrita observância ao exigido no edital.

Merece ainda ressaltarmos que este Pregoeiro, bem como a equipe técnica da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP foram extremamente rigorosos na desclassificação/ inabilitação irregular da Recorrente, no entanto não agiram com o mesmo rigor no que se refere à análise dos documentos de habilitação da



**CIA TRAILERS**

**CNPJ 31.448.016/0001-95**

Rua Braz de Assis, nº 279 – Vila dos Lavradores – CEP: 18609-096 – Botucatu / SP

**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES – ME**

**TEL: 14 99815-8364**

empresa P.C.S.DAMASCENO & CIA LTDA EPP, posto que esta deixou de apresentar nos documentos de habilitação o exigido no item 7.2.2, inciso VIII do edital, ou seja, não apresentou prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital da sede do licitante, bem como apresentou o CAT – Certificado de Adequação de Legislação de Trânsito e CCT – Comprovante de Capacidade Técnica, exigidos no item 7.2.2, incisos XVII e XVIII, de um TRAILER e não do objeto licitado, qual seja reboques automotivos c/ prancha e rampa de elevação para transporte de máquinas.

Os documentos CAT e CCT sim são documentos de suma importância, visto que se eles não forem apresentados do objeto licitado não será possível realizar o emplacamento e a regularização dos reboques junto ao Departamento de Trânsito, impossibilitando assim a sua utilização.

Ainda os comprovantes de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal também são documento de suma importância e estavam expressamente exigidos no edital.

Porém, estranhamente, mesmo a empresa P.C.S. DAMASCENO & CIA LTDA EPP apresentando valor muito superior ao da Recorrente e não apresentando todos os documentos conforme exigido no edital ela foi habilitada e declarada vencedora, o que demonstra claramente a decisão equivocada desta companhia ferindo diversos princípios administrativos, dentre eles os da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

## **DO PEDIDO**

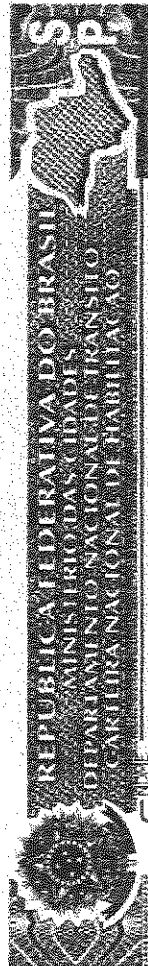
Por todo o acima exposto, resta evidente a irregularidade cometida pelo Sr. Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio ao desclassificar/ inabilitar a Recorrente, ferindo assim, normas editalícias, dispositivos legais, bem como princípios administrativos, devendo ser conhecido o presente recurso, e no mérito seja dado provimento, reformando-se a decisão que desclassificou/ inabilitou esta Recorrente para proceder a sua habilitação declarando-a vencedora do certame

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

De Botucatu/SP para Brasília/DF, 27 de Maio de 2020.

  
**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES ME**  
**RENATO FRANCO DE GODOY ALVES**





RENATO FRANCO DE GODOY ALVES

DOC. IDENTIDADE / Org. EMISSOR / UF  
17394638 SSP/SP

CPF  
301.560.658-19 DATA NASCIMENTO  
07/04/1982

FILIAÇÃO  
CLAUDIO BENEDITO ALVES  
VERA LUCIA ALVES

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. POR  
AB

VALIDADE  
17/10/2023  
1º HABILITAÇÃO  
30/05/2000



NR REGISTRO  
01312560834

OBSERVAÇÕES  
EAR  
-00007

LOCAL  
BOTUCATU, SP  
DATA EMISSÃO  
28/12/2018

ASSINATURA DO EMISSOR  
Márcio Borges de Moura Vieira Diretor Presidente do Detran-SP  
53500988984  
SP950345555

SÃO PAULO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1739960559

VALIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1739960559

2


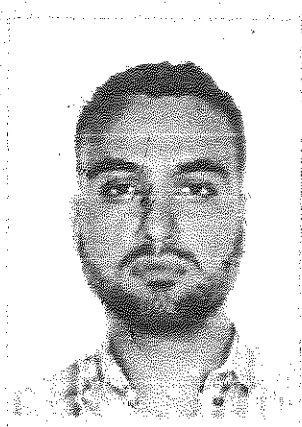
8830-2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



4C6C564A

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

17.394.638-0 2 via 23/02/2017

RENATO FRANCO DE GODOY ALVES

CLÁUDIO BENEDITO ALVES  
VERA LÚCIA ALVES

BOTUCATU - SP

07/04/1982

BOTUCATU-SP SEGUNDO SUBDISTRITO CN:LV A18 /FL5,105 /Nº04126

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR